

S  
UFRJ/IEI  
T0342

043924-X

# TEXTO PARA DISCUSSÃO

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO  
Nº 342

A CEPAL E O CONVEITO DE  
REGIONALISMO ABERTO

DEZEMBRO DE 1995

LUÍS CARLOS DELORME PRADO

Instituto de Economia Industrial  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL**

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO - Nº 342  
A CEPAL E O CONCEITO DE REGIONALISMO ABERTO

DEZEMBRO DE 1995

LUÍS CARLOS DELORME PRADO\*

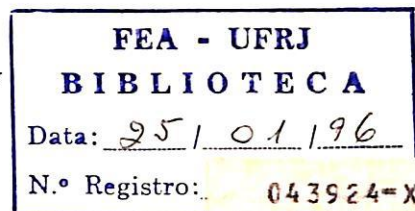
**430028349**



---

\* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ph.D em Economia pela Universidade de Londres. Este trabalho é parte de projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ, a quem o autor agradece o apoio.

Reitor da UFRJ: Prof. Paulo Alcântara Gomes  
 Decano do CCJE: Prof. José Antônio Ortega  
 Diretor do Instituto de Economia: Prof. José Ricardo Tauile  
 Coordenador de publicações: Prof. David Kupfer  
 Supervisão: Gláucia Aguiar  
 Projeto gráfico: Gláucia Aguiar  
 Editoração: Jorge Amaro  
 Revisão: Eduardo Carvalho  
 Impressão: Célio de Almeida Mentor



Luiz Jorge de Araújo Góes

Olávio da Silva Inacio

S  
UFRJ/IEI  
TD 342

MS 98284

#### FICHA CATALOGRÁFICA

PRADO, Luiz Carlos Delorme

A CEPAL e o conceito de regionalismo aberto. --/ Luís Carlos Delorme Prado. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995

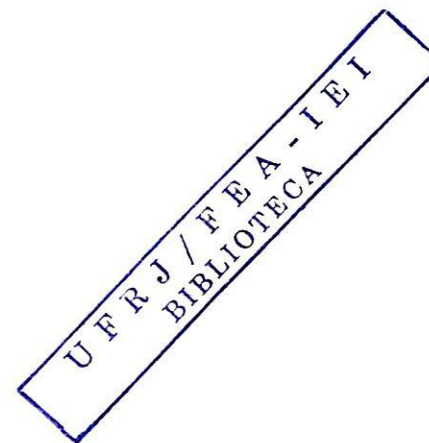
22 p; 21cm -- (Textos para Discussão. UFRJ/IEI; n° 342)

Bibliografia: p.17-19

1. Comissão Econômica para America Latina e Caribe - CEPAL. 2. Integração Economica. I. Título. II. Série.

#### ÍNDICE

I- INTRODUÇÃO	5
2- O CONCEITO CEPALINO DE 'REGIONALISMO ABERTO'	6
3- A RELEVÂNCIA DO CONCEITO DE REGIONALISMO ABERTO PARA A TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	11
CONCLUSÃO	15
BIBLIOGRAFIA	17
NOTAS	20



## I-INTRODUÇÃO

Depois de um lenta decadência, desde seu apogeu na década de 1960, a idéia de integração econômica na América Latina retornou inesperadamente ao centro do debate na segunda metade da década de 1980. Entretanto, embora de nome similar, as experiências de integração na década de 1960 e na década de 1980 são animais distintos. Aquelas eram fruto do finado processo de substituição de importações. Estas têm sido um dos caminhos através do qual este continente, ainda sem rumo, procura encontrar uma nova estratégia de desenvolvimento.

A CEPAL, depois da crise do processo de substituição de importações na América Latina, vem procurando desenvolver um novo paradigma que a faça recuperar a antiga liderança no pensamento latino-americano e sua influência na formulação de estratégias regionais de desenvolvimento. O marco inicial desse novo paradigma é o documento "Transformación Productiva con Equidad", de 1990, em que redefine qual deve ser os objetivos e as restrições da estratégia de desenvolvimento latino-americana. Mas foi num documento de 1992 que a CEPAL iniciou uma discussão do processo de globalização mundial e das respostas alternativas dos países latino-americanos ante esse fenômeno.

Para a CEPAL (1992, pp 49-50), dois rumos seriam possíveis a luz do processo de globalização em marcha. No primeiro, uma crescente convergência de políticas resultaria numa economia mundial mais aberta e integrada. No segundo, as pressões do processo de globalização acentuariam as tendências protecionistas e a administração dos fluxos de comércio e de investimentos. Esses cenários são o ponto de partida para a discussão da CEPAL sobre o novo regionalis-



mo na América Latina, que foi realizada no documento "El Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe", publicado em 1994.

O objetivo deste artigo é discutir o conceito cepalino de "regionalismo aberto", tal como apresentado no documento CEPAL(1994). Em especial, pretende-se discutir como esse conceito insere-se no conjunto das proposições teóricas recentes dessa entidade sobre desenvolvimento econômico e, ainda, a relevância deste para a moderna teoria da integração. Este trabalho tem quatro seções, sendo a primeira esta introdução e a última uma conclusão. Na segunda seção será sumariada a proposição cepalina de "regionalismo aberto", tal como apresentado em seu documento de 1994; na terceira, será discutida a relevância do conceito para a moderna teoria de integração e seu poder heurístico para a compreensão das experiências recentes de integração na América Latina.

## 2 - O CONCEITO CEPALINO DE "REGIONALISMO ABERTO"

Para a CEPAL(1994) o regionalismo constitui um fenômeno evidente no momento atual. A diferença dos novos acordos bilaterais ou plurilaterais em relação aos antigos acordos preferenciais subscritos sob a égide do GATT seria que, neste caso, sua finalidade era positiva, isto é, refletiria o desejo de liberalização do comércio entre as partes. No caso dos novos acordos, tais como o NAFTA (North America Free Trade Area), o sentido seria negativo, isto é, evitar que sejam aplicadas medidas não-tarifárias como salvaguardas e direitos antidumping, refletindo a frustração com as negociações multilaterais.

A integração latino-americana teria, neste contexto, dois papéis: um defensivo, de garantir o acesso dos países da região a alguns dos mercados mundiais importantes atra-

vés de negociação bilateral; um ofensivo, de contribuir para um cenário mundial onde as políticas comerciais convergiriam para uma economia mundial mais aberta e integrada (CEPAL, 1994;pp.23-24).

Neste caso, as relações América Latina e Caribe - Estados Unidos são vistas pela CEPAL como um caso intermediário entre a esfera internacional e a inter-regional. O NAFTA, um acordo tipicamente intra-regional teria a peculiaridade de ser o primeiro tratado de integração entre países desenvolvidos e um subdesenvolvido, e ainda de dar credibilidade à proposta norte-americana de uma área de livre comércio hemisférica (Cepal,1994, p.24).

Mas a integração intra-América Latina e Caribe teria uma dinâmica própria, independente do movimento norte-americano de ampliação do NAFTA. Essa seria impulsionada por duas tendências: (i) um processo de liberalização e globalização que induz as empresas transnacionais a orientarem seus investimentos no sentido de uma integração gradual da produção em áreas de proximidade geográfica e cultural; (ii) um processo endogeno nas economias latino-americanas e caribenhas de reformas estruturais, tais como liberalização comercial unilateral, fomento não discriminatório às exportações, desregulamentação e eliminação de restrições aplicáveis à inversão estrangeira e supressão das restrições à remessa de lucros.(Cepal,1994; pp.33)

Neste contexto, surgiria um novo movimento de integração econômica na América Latina e Caribe, os quais seriam não apenas compatíveis, mas indutores de uma economia internacional mais aberta e transparente.<sup>1</sup> Em contraste com o ambiente de ceticismo que enfrentava os esquemas formais de integração econômica na região até meados da década de 1980, foram firmados recentemente uma nova geração de tratados extremamente heterogêneos quanto suas modalidades e configuração geográfica, que surgem associados a um processo de integração espontânea

## INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL . UFRJ

ou "de fato", que vem aumentando o comércio e o investimento intra-regional (Cepal,1994,p.12). A tentativa de compatibilização pelos países latino-americanos da defesa de uma ordem econômica multilateral menos protecionista e do compromisso com acordos especiais preferenciais no âmbito regional foi chamada pela CEPAL de "regionalismo aberto".

Desta forma o documento da CEPAL(1994,p.12) denomina "regionalismo aberto":

*"ao processo que surge al conciliar ambos fenômenos descritos en párrafos precedentes: la interdependência nascida de acuerdos especiales de carácter preferencial y aquella impulsada básicamente por las señales del mercado resultantes de la liberalización comercial en general."*

*"A ello se agrega el conjunto de prácticas empresariales que acompañan a la apertura y a la desreglamentación en un marco de globalización en curso y el consiguiente incremento de las relaciones entre empresas y proveedores. Surge así un nuevo modelo de organización, en el que se establecen redes de subcontratación que vinculan empresas medianas y pequeñas de varios países con otras de mayor envergadura. Con ello se abre la posibilidad de que se constituyan redes regionales o subregionales con un potencial de innovación cuyo desarrollo requeriría diversos servicios, tales como la adquisición y diseminación de información, la capacitación y los servicios financeiros. También implica la posibilidad de un proceso de integración impulsado por la innovación."*

Para a CEPAL(1994,p.13):

*"Lo que diferencia al regionalismo abierto de la apertura y de la promoción no discriminatoria de las exportaciones es que comprende un ingrediente preferencial, reflejado en los acuerdos de integración y reforzado por la cercanía geográfica y la afinidad cultural de los países de la región"*

A idéia de regionalismo aberto implica a promoção de uma integração econômica que leve apenas ao efeito de criação de comércio e ao fiel cumprimento do artigo XXIV do GATT, sendo um caminho para a liberalização multilateral e não um obstáculo a esta<sup>2</sup>. Isto é, as políticas regionais de integração deveriam fundamentalmente reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio intra-regional, sem aumentar barreiras ao comércio com países de outras regiões.

A experiência comercial mundial, particularmente a experiência européia, sugere, segundo a Cepal(1994,p.76), que os acordos bilaterais ou de cobertura geográfica restringida podem ter efeitos líquidos positivos se: (i) estiverem integrados por países que superaram os desequilíbrios macroeconômicos e que sustentem política de proteção limitada ante a terceiros países; (ii) se estão comprometidos com uma dinâmica de discriminação decrescente que se reflète na existência de mecanismos concretos para reduzi-la.

Esse argumento é reforçado pela referência ao processo de negociação do GATT, que se inicia bilateralmente, entre os maiores exportadores e importadores, estendendo-se aos outros membros pela cláusula de NMF (nação mais favorecida). A experiência latino-americana de negociações bilaterais, com implicações multilaterais na ALALC não foi, entretanto, bem sucedida. Para a CEPAL (1994,p.76), tal fato deve-se à relutância dos governos latino-americanos comprometidos com o processo de substituição de importações de aceitar liberalização ampla de mercados no nível regional e, ainda, às frustradas tentativas de regulação vinculadas ao esforço de programação industrial sub-regional.

Neste contexto, são propostos pela CEPAL (1994,pp.78) dois conceitos de grande importância: a idéia de "adesão flexível" e de "sócios naturais". A adesão flexível é, por um lado, uma exigência dos acordos da ALADI.<sup>3</sup> Por

outro lado, esse conceito implica a concepção de que os acordos de integração econômica devem facilitar sua ampliação pelo estímulo à adesão de outros países. Um exemplo desse processo seria a configuração do Mercosul, que foi criado pela adesão de Uruguai e Paraguai a um processo de cooperação bilateral entre Argentina e Brasil.

Sócios naturais seriam aqueles países que já realizam um amplo comércio entre si e que, portanto, são candidatos privilegiados em um processo de integração. Embora o documento não explicita, a idéia de sócio natural está também associada à proximidade geográfica, já que:

*"La cercanía geográfica y cultural, que adquiere mayor importancia en un contexto de apertura, ofrece la posibilidad de aprovechar estas oportunidades más plenamente que en el pasado."* (Cepal, 1994, p.66)

Para a CEPAL(1994,p.87), esse processo de integração deve levar em conta a capacidade de realocação dos fatores de produção devidos a deslocamento causados pela aplicação do comércio regional, dando-se tratamento diferenciado quanto ao tempo de ajuste à liberalização comercial dos países menos desenvolvidos. Entretanto, propõe também esse documento que o processo de integração regional induza à proposição de leis apropriadas e compatíveis sobre propriedade industrial, abertura de redes de informação, mobilidade de recursos humanos qualificados e fomento da inversão estrangeira entre os países da região com o fim de promover a imitação e a transferência de tecnologias.

Finalmente o documento (1994,pp.89) defende alguma forma de coordenação das políticas macroeconômicas regionais, prática que seria crescentemente demandada com o aprofundamento dos processos de integração econômica. A coordenação macroeconômica pode ser o resultado do crescimento dos intercâmbios, apresentando-se de forma episódica e essencialmente para evitar que as políticas domésticas de um membro seja prejudicial aos outros. Esta

pode ser alternativamente um marco permanente no processo de integração, sendo implementada por regras institucionalizadas em foros que foram legalmente constituídos para tal fim. O primeiro modelo é o seguido pelo G7 (Grupo dos Sete); o segundo, pela União Européia. A CEPAL avalia que o primeiro modelo será mais factível de ser implementado na América Latina e Caribe do que o segundo (CEPAL,1994; pp.91-93). Entretanto, o grau de coordenação macroeconômica dependerá da profundidade da integração que se pretende: *"si sólo se trata de abolir los obstáculos a la libre circulación de mercancías, las instituciones del esquema deberán ser predominantemente intergubernamentales y relativamente modestas"* (CEPAL, 1994, p.102). Mas, *"si la iniciativa apunta a la coordinación de los poderes de decisión que posibilite la puesta en práctica de política industriales o agrícolas comunes, o bien el manejo coordinado de los indicadores con el fin de aplicar una política macroeconómica conjunta."* (Ibid.).

### 3- A RELEVÂNCIA DO CONCEITO DE REGIONALISMO ABERTO PARA A TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Estudos recentes vêm argumentando que a teoria da integração econômica, desenvolvida na década de 1950, é um instrumental inadequado para discutir os dilemas da experiência de integração no Cone Sul na década de 1990.<sup>4</sup>

Há duas abordagens tradicionais à Teoria da Integração Econômica: (i) - a baseada na teoria pura do comércio internacional, que se funda no conceito de vantagens comparativas estáticas e de especialização comercial<sup>5</sup>; (ii) - a inspirada por argumentos protecionistas, tais como o conceito de List(1841) de "infant industry" e por conceitos da Teoria do Desenvolvimento. Estes incorporam ao debate as idéias de economias crescentes de escala e a preocupação com externalidades - isto é, a integração econômica entre

países em desenvolvimento seria um instrumento para viabilizar escala mínima de produção para o aprofundamento do processo de substituição de importações.

Jacob Vinner criou as bases da Teoria da Integração Econômica, a partir da Teoria Pura do Comércio Internacional. A grande contribuição desse autor foi a distinção entre os efeitos de "criação de comércio" e "desvio de comércio" na criação de uma união alfandegária. Em seu modelo teórico, a União Aduaneira só seria válida como um *second best*, para a impossibilidade de uma política de redução tarifária multilateral.

Historicamente, entretanto, os argumentos que motivaram a proposição de projetos de integração econômica têm como matriz teórica a segunda vertente da Teoria da Integração. Foram argumentos de List, por exemplo, que motivaram a criação da Zollverein no século XIX<sup>6</sup>. Os primeiros tratados de Integração Européia foram também inspirados em concepções protecionistas tradicionais, mas foram também influenciados pela idéia de que a aplicação na esfera regional de princípios de planejamento econômico prepararia a região para o desafio da concorrência com os E.U.A. e o enfrentamento da ameaça soviética.<sup>7</sup> Na América Latina, os debates sobre integração iniciaram-se na década de 1950, sendo que o principal motivador dessa discussão foi a preocupação quanto ao pequeno mercado interno dos países da região e suas implicações para a estratégia de industrialização por substituição de importações (Prado, 1995, p.8).

Ao longo de suas rodadas de negociações, o GATT conseguiu reduzir substancialmente as barreiras tarifárias entre os países membros. Na década de 1980, a rodada de Tóquio reduziu a tarifa média nos EUA para 4.3 %, para a EEC a 6% e para o Japão em 2.9%. Na década de 1990 a rodada do Uruguai levou que para a imensa maioria dos produtos o custo das tarifas fosse nos principais mercados menores ou equivalentes ao custo dos transportes. (Tussie, 1994)

Esses fatos justificariam a afirmação de que as negociações multilaterais criaram uma economia internacional liberal, sendo irrelevantes discussões sobre regionalismo ou sobre negociações bilaterais. Entretanto, desde meados da década de 1980 houve um ressurgimento dos debates sobre a criação de blocos econômicos e a criação de vários novos tratados de integração, entre eles o do Nafta e o do Mercosul.

Esse movimento surge por diversas razões, sendo que duas são particularmente relevantes: (i) - a insatisfação com as negociações multilaterais no GATT; (ii) - a procura de novas alternativas para dinamizar economias em desenvolvimento afetadas pela crise na década de 1980.

O sentimento de insatisfação, justificadamente ou não, com as negociações no GATT, por parte dos EUA, foi um dos importantes fatores que explicam a adoção do bilateralismo como alternativa estratégica desse país ao fim da década de 1980.<sup>8</sup> O primeiro acordo bilateral assinado pelos EUA foi de pequena importância estratégica: em 1985 foi assinado um tratado de livre comércio com Israel. A mudança na política comercial norte-americana tem como marco a assinatura do Tratado de Livre-comércio com o Canadá, em 1988. Finalmente, as negociações para a criação do NAFTA iniciaram-se formalmente em junho de 1991 (Prado, 1994, p.170).

No Cone Sul, as negociações entre Brasil e Argentina tiveram início com a assinatura do PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica), instituído pela Ata para Integração Argentino-brasileira, assinada em Buenos Aires em julho de 1986. Este foi seguido em 1988 pelo Tratado de Integração e Cooperação e Desenvolvimento firmado por Brasil e Argentina e pelo Acordo de Complementação Econômica No 14, assinados pelos dois países no âmbito da ALADI, em dezembro de 1990.



Em julho de 1990, Argentina e Brasil decidiram prosseguir com a experiência da integração econômica com a assinatura da Ata de Buenos Aires que fixou em 31/12/1994 a data para a formação de uma união aduaneira entre os dois países. Posteriormente, Paraguai e Uruguai juntaram-se às negociações, levando à assinatura do Tratado de Assunção, em 26/3/1991. Dentro do espírito liberalizante dos novos governos, a integração regional seria um movimento compatível com a formação de blocos no espaço internacional. O Mercosul seria parte de um processo de liberalização mais amplo. Este se configuraria naquilo que a CEPAL viria a chamar de Regionalismo Aberto (CEPAL, 1994).

O documento da CEPAL viria, portanto, discutir as bases teóricas de um novo tipo de regionalismo que estava se formando nas Américas e que parecia romper com as formulações tradicionais da Teoria da Integração Econômica. A idéia básica, inspiradora do conceito, era a contraposição da idéia de regionalismo aberto da década de 1980 ao regionalismo fechado que teria caracterizado as frustradas experiências de integração da década de 1980. Embora o termo já viesse sendo usado anteriormente em debates na América Latina, e, ainda em 1993, Reynolds et al publicaram o estudo "A Case for Open Regionalismo in the Andes", a primeira formulação sistemática do conceito foi desenvolvida no documento CEPAL(1994).

Na América Latina, o Mercosul é o modelo mais característico da idéia cepalina de "regionalismo aberto". Em seu processo de negociação, o Mercosul claramente diferenciou-se de outras experiências de integração latino-americanas, influenciadas pelas idéias de Prebisch. Mas esse também diferenciava-se do modelo da União Européia, que enfatizava procedimentos comunitários e levou à criação de órgãos supranacionais. Comparando-se o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, e o Tratado de Roma verifica-se que esses são fundamentalmente diferentes. O Mercosul não contem-

pla coordenação e normatização supra-nacional e privilegia a relação intergovernamental e não supranacional.<sup>9</sup>

Por outro lado, o Tratado de Assunção é muito mais abrangente do que o outro grande Tratado americano, o que criou o NAFTA. Isto é, o NAFTA é apenas uma área de livre comércio, sem qualquer pretensão de aprofundar a integração além da redução de barreiras tarifárias e a garantia de alguns direitos, principalmente de interesse de seu maior membro, os EUA. Portanto, a integração do Cone Sul, pretendida pelo Mercosul, não se propõe a ser tão abrangente como a integração européia, mas também não é tão restrita como a proposta do tratado do NAFTA.

## CONCLUSÃO

O conceito Cepalino de "Regionalismo Aberto" é um ponto de partida para um novo debate. Em sua formulação duas questões são propostas: (i) há um novo caminho para a integração latino-americana que possa compatibilizar multilateralismo e bilateralismo? (ii) por outro lado, esse novo regionalismo está articulado a uma nova estratégia de desenvolvimento na América Latina? A Cepal responde sim às duas questões, articulando sua proposição de transformação produtiva com equidade com sua nova ênfase no crescimento para fora<sup>10</sup>.

Gráfico I

ORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

	PARA FORA	PARA DENTRO
PASSIVO	ortodoxo	x x x
PAPEL DO ESTADO		
ATIVO	Cepal Presente	Cepal Passado

Fonte: Adaptado de Ramos (1994),p.17.

Entretanto, o próprio Mercosul, o caso paradigmático de regionalismo aberto, não é definitivamente um projeto acabado onde há um único cenário provável de uma TEC(tarifa externa comum) liberal, um espaço econômico comum consistente com algum grau de coordenação macroeconômica, e uma política de desenvolvimento sustentada comprometida com a transformação produtiva e com a equidade. Disputando esse cenário há pelo menos uma visão de que o regionalismo é apenas um instrumento para apres-sar uma integração unilateral e liberal com a economia mundial. Há ainda uma visão cética quanto à desejabilidade ou factibilidade desse processo.<sup>11</sup>

De qualquer forma "El regionalismo abierto en América latina y el Caribe" é um documento seminal. Este é o suficiente provocativo para sugerir todo um programa de pesquisa. Este é, também, o suficiente polêmico para ensejar críticas duras e questionamentos vigorosos. Isto é, esse documento da Cepal tem todas as qualidades e os defeitos para tornar-se um trabalho clássico.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, P.R. de- "Dois Anos de Processo negociador no Mercosul: Caminhos e Instrumentos da Integração" em Boletim da Integração Latino-americana, Março de 1993, pp.10-21.
- BALLASSA, B.- "Towards a Theory of Economic Integration" em Kyklos, Vol. XIV,N01,1961.
- BALLASSA, B.- The Theory of Economic Integration, tradução portuguesa, Teoria da Integração Econômica, Livraria Clássica, Lisboa, 1964.
- BRANDÃO, M.A. Diniz- "Uma Avaliação do Processo Negociador" em Boletim de Integração Latino-Americana/Edição Especial, Secretaria Geral das Relações Exteriores, Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômicos e de Comércio Exterior, Março 1993.
- CEPAL COMISIÓN ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA & CARIBE (1990) - Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América latina y el Caribe en los años noventa, Santiago de Chile.
- CEPAL- COMISIÓN ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA & CARIBE(1992) - Equidade e Transformación productiva: un enfoque integrado, Santiago de Chile.
- CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA & CARIBE(1994a) - América Latina y el Caribe: políticas para mejorar su inserción en la economía mundial, Santiago de Chile.
- CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA & CARIBE(1994b) - El Regionalismo Abierto en América latina y el Caribe: La integracion economica al servicio de la transformacion productiva con equidad, Santiago de Chile, 1994b.

- FUENTES, J.A.- "El Regionalismo Abierto y la Integración Económica" em Revista de La Cepal, no53, Agosto de 1994, pp.82-89.
- GONÇALVES, R.- "Latin America's trade issues and Perspectives: A skeptical view" em The Fletcher Forum of World Affairs, vol.16, n1, Winter 1992, pp.1-13.
- GONÇALVES, R.- O Abre-Alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1994.
- HARROP, J.- "The Political Economy of Integration" em the European Community, Edgar Elgar, Second Edition, 1992.
- JOHNSON, H.G.- "An Economic Theory of Protectionism, Tariff Bargaining and the Formation of Customs Unions," em Journal of Political Economy, vol 73, 1965, pp.256-83.
- LIST, G.F.- Nazionaler System der Volkswirtschaftslehre, tradução brasileira, Sistema Nacional de Economia Política, Coleção Os Economistas, Apresentação de Cristovam Buarque, Nova Cultural, 1986.
- LIMA FLORÊNCIO, S.A.- "Mercosul e Intercâmbio Brasil-argentina: Explosão Comercial ou Crescimento Sustentado? Alguns Elementos para Reflexão" em Boletim de Integração Latino-americana, No12- janeiro-Março de 1994.
- PATTERSON, G. & PATTERSON, E.- "Objectives of the Uruguai Round" em FINGER, J.M. & OLECHOWSKI, A.- The Uruguai Round: A Handbook for the multilateral Trade Negotiations", World Bank, 1990.
- PRADO, L.C.D. - A Economia Política da Integração: A Experiência do Mercosul, Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Texto para Discussão NO 329, Maio de 1995.

- RAMOS, J.- Sistesis del Planteamiento de La Cepal sobre la Equidad y Transformación Productiva, em Desarrollo Productivo, No17, Santiago, 1994.
- REYNOLDS, C.W., THOUMI, F.E. & WETTMANN, R. (1995)- Regionalismo Abierto en los Andes, Bogotá, junio de 1995, mimeografado.
- TUSSIE, D. - "The Policy harmonization debate: What can developing Countries gain from Multilateral Trade negotiations?" em Unctad Review, New York and Geneva, 1994.
- WALLACE, W., org. - The Dynamics of European Integration, The Royal Institute of International Affairs, London, 1990.
- WEINTRAUB, S. - "Regionalismo and the Gatt: The North American Initiative" em SAIS Review, VolIII, No1, Winter-Spring 1991.



## NOTAS

1- O documento da Cepal contrasta esse processo com os antigos acordos regionais, que não desempenhavam um papel relevante na busca de uma melhor inserção internacional latino-americana, mas tinham o efeito oposto, de priorizar a substituição de importações sem qualquer esforço exportador (CEPAL, 1994; p.33). Para a CEPAL, 1994, p.13, "Un objetivo complementario (del regionalismo abierto) es hacer de la integración un cimientó que favorezca una economía internacional más abierta y transparente, en vez de convertirse en un obstáculo que lo impida, limitando así las opciones al alcance de los países de América Latina y el Caribe."

2- O artigo XXIV do GATT exige, em outras condições, que uma tarifa externa comum não pode ser maior do que a dos estados-membros em separado para que uma União Aduaneira seja reconhecida. Os conceitos de "criação de comércio" e "desvio de comércio" foram propostos por Jacob Vinner(1950), em trabalho clássico sobre a Teoria da União Aduaneira.

3- En el Artículo 4, inciso a) de la Resolución 2 del Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores de los miembros de la ALADI se establece que los acuerdos de alcance parcial " deberán estar abiertos a la adhesión, previa negociación, de los demás países mimenbros". Cepal, 1994, p.78, n.

4- Dentro dessa linha ver Prado(1995), Reynolds, Thoumi & Wettman, 1995.

5- J. Vinner (1950) é o principal teórico dessa vertente.

6- A Idéia da Zollverein foi proposta por List no Jornal Volksfreund aus Schwaben. List,1841, trata da política comercial do Zollverein no capítulo XXXI.

7- No processo de integração europeia razões políticas, tais como a resistência ao expansionismo soviético e a tentativa de reconstruir a Europa Ocidental como uma potência econômica independente dos EUA, foram importantes elementos na explicação dos motivos que viabilizaram que uma região recém saída de um imenso conflito militar pode se unir em torno de objetivos

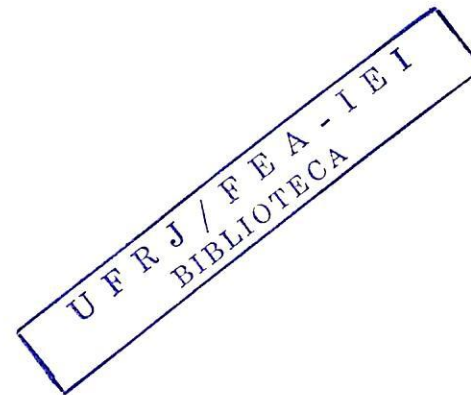
comuns. Para uma história da integração Europeia. Ver Urwin,1991.

8- Os outros elementos que contribuíram para essa mudança de postura dos EUA foram a persistência dos déficits comerciais dos EUA e o crescimento do regionalismo europeu. Ver Weitraub, 1991,p.46.

9- Do ponto de vista comparativo, o Tratado de Assunção se aproxima do modelo da Convenção Benelux. Para uma comparação detalhada do Mercosul e do Benelux ver Almeida, 1992.

10- Esse modelo pode ser melhor descrito pela figura 1, proposta por Ramos 1994.

11- Para a discussão das diversas abordagens para o Mercosul, ver Prado,1995. Para uma visão cética do Mercosul, ver Gonçalves, 1994.





ÚLTIMOS TEXTOS PUBLICADOS

341. PRADO, Luiz Carlos Delorme. MERCOSUL como opção estratégica de integração: dilemas e perspectivas. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (30 pág.).
340. FIORI, José Luís. Estado do bem-estar social: padrões e crises. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. (28 pág.)
339. FIORI, José Luís. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. (35 pág.)
338. GONÇALVES, Reinaldo. Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. IEI/ UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (52 pág.)
337. CASTRO, Antonio Barros de. Estabilizar e crescer; o paradoxo do desajuste na estabilidade. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (36 pág.)
336. FIORI, José Luis. O Federalismo frente ao desafio da globalização. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. ( 46 pág. ). Inclui o texto: "Por que governabilidade? Qual governabilidade?"
335. LA ROVERE, Renata Lèbre. It diffusion in the Brazilian public setor; organizational culture versus efficiency. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (16 pág.)
334. TOLIPAN, Ricardo de Mendença Lima. Anotações sobre a história do pensamento econômico. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (24 pág.)
333. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Paul Davidson's rediscovery of Keynes's finance motive and the liquidity preference versus loanable funds debate. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (22 pág.)
332. MACHADO, João Bosco Mesquita. MERCOSUL: uma Agenda para a Consolidação da União Aduaneira. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (23 pág.)